

CIDADES REFLETIDAS: INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO DA FAVELA NA GRANDE IMPRENSA BRASILEIRA, DURANTE O SEGUNDO GOVERNO VARGAS

Letícia Sabina Wermeier Krilow*¹

Introdução:

O presente texto objetiva analisar como os principais jornais brasileiros, nomeadamente, *Correio da Manhã*, *Última Hora*, *Jornal do Brasil*, *Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, posicionaram-se frente ao incremento das *favelas* durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954). Esclarecendo que esta proposta é resultado de uma pesquisa própria, que está inserido em um projeto mais amplo intitulado *Cidades Refletidas: industrialização, urbanização e imprensa no pós-guerra (1946-1964) na grande imprensa carioca e paulista*.

O tema se justifica, pois no período pós Segunda Guerra Mundial o Brasil passou por profundas e rápidas transformações, ou seja, de um país predominantemente rural e agroexportador tornou-se relativamente urbanizado e exportador de manufaturados. Esse processo acelerado de urbanização e industrialização muda o perfil das cidades. Estas deixaram de ser apenas polos administrativos e comerciais para se constituírem “o *locus* da atividade produtiva” (PATARRA, 1986, p. 260; KATZMAN, 1986, p. 198). Aliado à industrialização, o Brasil se tornou predominantemente urbano em menos de 30 anos. As cidade tiveram um grande incremento demográfico em função de migrações e taxas de natalidade elevadas (MERRICK, 1986). A maioria dos migrantes vinha atraída pela cidade em busca de emprego e renda que a industrialização poderia oferecer. Diante dessas observações não é difícil imaginar que tal processo esteve longe de ser harmônico. Pelo contrário, gerou inúmeros problemas correlatos, sendo o incremento nas favelas uma das principais consequências. Nessa perspectiva, surgiram diversos debates entre economistas, industriais, políticos e, principalmente, na imprensa em torno da viabilidade do projeto de industrialização acelerada, que exigia

¹ Graduanda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: leticia.krilow@acad.pucrs.br . Bolsista PROBIC/FAPERGS 2015-2016 pelo projeto *Cidades Refletidas: industrialização, urbanização e imprensa no pós-guerra (1946-1964) na grande imprensa carioca e paulista*. Sob orientação de Luis Carlos dos Passos Martins, Pós-doutor em História pela PUCRS.

forte intervencionismo estatal. Tal debate foi tão expressivo que chegou a colocar em xeque tal projeto.

Definição/ caracterização do problema/ tema

Quando analisamos áreas de habitação precárias chamadas de “favelas”, devemos considerar, além atores tradicionalmente identificados no processo de modelagem da cidade (como proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado), encontramos, como personagem principal, outro ator que modela o espaço urbano, ou seja, “os grupos sociais excluídos”. Porém, esses atores não são apenas modeladores espaciais, mas também modeladores econômicos, sociais e culturais das *urbs* (CORRÊA, 1989). Dessa forma, objetivamos analisar a maneira como a grande imprensa do período estudado representou a “favela”, seus moradores – chamados de “favelados”, pelos jornais – e o processo de incremento dessas áreas – “enfavelamento”, conforme expressão do Correio da Manhã. Esse recorte se justifica, porque permite abarcar diversos fenômenos

- o impacto da migração campo-cidade que forneceu um dos grandes fatores de aumento demográfico das cidades, especialmente nas “periferias urbanas”. Com efeito, os migrantes vinham para a cidade atraídos pelas novas oportunidades de emprego e renda que a industrialização poderia oferecer, entretanto, a maioria desses migrantes não conseguia ser absorvida pela indústria (MERRICK, 1986; SINGER, 1985; OLIVEN, 1988), ficando desempregados, ou empregados em setores informais, ou subempregos o que acabava os conduzindo para as favelas.

- a existência de linhas doutrinárias distintas, entre os jornais estudados, frente à urbanização/industrialização. Lembrando que um dos grandes debates na metade do século girava em torno da viabilidade do processo de industrialização e urbanização acelerado e de suas consequências correlatas, sendo a ampliação das favelas um dos elementos negativos.

- a visão de sociedade que esses jornais possuem, especialmente no que se refere à integração socioeconômica de negros e pobres no período. Sobre isso, vale ressaltar que estava em formação uma nova composição étnica e social das cidades, tendo em vista que a grande maioria dos moradores das favelas era de origem africana e indígena

provenientes de estratos sociais de baixa renda e que em breve superaria numericamente a população de origem europeia, nas cidades. A visão de sociedade defendida pelos jornais implica em uma tomada de posição frente às políticas públicas a serem tomadas, o que permite compreender como projetam a sociedade.

Referencial teórico

Nesse trabalho, parto do pressuposto de que a categoria favela utilizada tanto em produções eruditas, como midiáticas, ou como neste caso, na grande imprensa brasileira durante o Segundo Governo Vargas, “é resultado mais ou menos cumulativo, mais ou menos contraditório, de representações sociais, sucessivas, originárias das construções dos atores sociais que se mobilizaram em relação a esse objeto social e urbano” (VALLADARES, 2005, p.21). Mas essa construção da “representação social” - conceito chartiano- sobre a favela não é simples, nem homogêneo, nem linear, muito menos livre de conflitos. Assim pode-se dizer que está envolvida no que Pierre Bourdieu (1990) chamou de “luta simbólica”.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu enquadra o seu trabalho como construtivismo estruturalista ou estruturalismo construtivista, assim tenta se colocar como resposta para o conflito entre o objetivismo dos marxistas (estruturalistas) e o subjetivismo dos interacionistas (construtivistas), sem negar, dessa forma, a existência da objetividade, nem da subjetividade. Para ele, o mundo social é a divisão do espaço social em grupos, mas esse mundo pode ser dividido por diferentes formas não apenas pela inserção dos indivíduos no modo de produção, mas também pela raça, gênero, lugar onde mora (que são fatores objetivos) que implicam em diversas experiências de vida (caráter subjetivo) e assim formam percepções de mundo e representações sociais distintas.

Para Bourdieu, a divisão dos indivíduos no espaço social ocorre segundo o capital acumulado de cada indivíduo². Nesse sentido a classe social é formada por um conjunto de experiências, que vão gerar uma pré-disposição para gostos comuns, visões de mundo comuns, ou seja, uma certa identidade social. E essas identidades sociais, tem condições de tornar esses grupos atuantes, na medida em que os indivíduos

² Bourdieu elenca quatro tipos de capitais: econômico, cultural, social e simbólico. E cada indivíduo possui uma estrutura de capital, possuindo mais de um capital.

representados se “reconheçam” nessa representação. Nesse processo, ocorre uma dupla representação do social, ou seja, ocorre a auto representação de cada grupo e também a representação que é feita desse grupo. Em Bourdieu, o social precisa ser pensado de forma relacional, pois as representações são formadas em relação à posição que os indivíduos estão no social. Assim, as representações sociais são também formas de valoração e, com isso, de hierarquização social. Em decorrência dessa função de organização social, é que o trabalho de construção de representações sociais não é algo simples, nem livre de conflitos. Ao contrário, ocorre mediante uma verdadeira disputa entre os grupos sociais e entre os profissionais especializados na produção de bens simbólicos³. Disputa essa que o autor conceitua como “luta simbólica”, ou seja, a luta pela definição da visão mais legítima sobre o mundo social que é também um conflito pela construção desse mundo, porque a transformação ou a conservação da ordem social dependem da transformação ou conservação dos esquemas de percepção dessa ordem.

Vale ressaltar que diante de um período de grandes e rápidas transformações socioeconômicas há também a efervescência de novas “formas simbólicas” com o objetivo de oferecer a melhor compreensão sobre os processos e a nova realidade que está se formando e assim as “lutas de representação” são intensificadas. Pois, o próprio processo de mudança pode ter sido objeto de uma projeção anterior de grupos que procuraram conduzi-lo por determinado caminho. E também por que as “representações tradicionais” não conseguem mais dar conta de explicar a nova realidade que surgiu, assim fazendo emergir novas representações. Exigindo o empenho de muito capital para impor uma nova forma de representar o social, ou mesmo um grande empenho para se manter a representação dominante até aquele período. Nessa perspectiva, a favela é um elemento ímpar para analisar as representações sociais que surgiram no Brasil no período estudado, na medida em que a sua expansão está associada às rápidas transformações ocorridas no país e, através delas, à emergência de um ator social revigorado, “a população excluída urbana”.

Assim, diante dessas concepções podemos concluir que trabalhar com as representações sociais nos oferece um campo muito amplo de análises e interpretações, para muito além da imagem formada. Utilizando a perspectiva de Bourdieu, conseguimos retirar das representações ideologias, formas de estruturar o mundo, concepções de sociedade, principalmente a hierarquização social, que tornam a ordem

³ Esse *capital simbólico*, os agentes (indivíduo ou instituição) retiram basicamente das suas lutas anteriores e ele lhes permite um poder de sanção sobre o que está em jogo na disputa.

social algo natural, e pouco questionável. Dentro da teoria da reprodução social de Bourdieu, não é por acaso que as representações sociais mais difundidas são as formadas pela elite, como forma de organizar o mundo e manter as distinções sociais. Nessa perspectiva o estudo da representação sobre a favela se encaixa perfeitamente pois observamos a “invenção” da favela nos termos de Valladares, em um processo de grande rápida e drástica mudança socioeconômica, colocando esse espaço e seus habitantes dentro de “lutas de representação”. Onde a representação que prevalece, para além de organizar o social, é utilizada como legitimadora da ação do Estado ou da elite dirigente nestas áreas. Fazendo com que o “favelado”, ao ser definido e classificado pejorativamente, sofre, além da violência física da privação material de bens, a “violência simbólica” derivada do estigma social que sobre ele se constrói

Neste contexto a imprensa ganha papel fundamental pois está inserida naquilo que Bourdieu conceitua como campo de produção ideológica, ou seja, um *espaço de conflito* no qual se disputa a visão mais legítima sobre os assuntos politicamente relevantes no debate público, exercendo um papel decisivo no processo de encobrimento das diferenças sociais objetivas que dão base à estrutura de uma sociedade dividida em classes. Em virtude da grande capacidade de abrangência social e espacial que o discurso da mídia possui, o seu estudo se torna um objeto privilegiado para identificarmos as representações sociais que efetivamente circularam por determinada sociedade.

Justificativa

Como salientamos, no período pós 1945, o Brasil passa por grandes transformações transitando de um país agroexportador e rural para um país exportador de manufaturas e urbano. Atrelados a esse processo de acelerada industrialização⁴ e urbanização estavam diversos fatores negativos, ligados principalmente à sua condição de país subdesenvolvido, como: fortes estrangulamentos infraestruturais urbanos, crise nos transportes e carências no abastecimento das grandes cidades (MORAES, 2011); uma “hipertrofia” urbana do setor terciário (SINGER, 1985; OLIVEN, 1988), tendo em vista que a população migrante foi apenas parcialmente absorvida pelas fábricas,

⁴ Com efeito, depois de 1945, nossa economia apresentou um forte crescimento – que, de 1947 a 1961, ficou na faixa de 6% a.a. –, alavancado pela indústria, cuja performance foi significativamente superior à da agricultura, ao ponto de torná-la o setor mais dinâmico da economia nacional no período em questão (SINGER, 1985; OLIVEN, 1988).

(MERRICK, 1986; SINGER, 1985). No caso do Rio de Janeiro, possuímos um agravante, tendo em vista que este apresentou um crescimento industrial inferior ao da capital paulista. Neste contexto o destino mais comum acabou sendo as favelas.

Já no que se refere aos debates gerado por esse processo, podemos classifica-lo com base em duas perspectivas oposta: de um lado, os que defendiam o projeto, chamados de desenvolvimentistas e, de outro aqueles que refutavam tais preposições alegando que o Brasil deveria se manter e/ou retornar à condição de país predominantemente rural e exportador de produtos primários, considerados como liberais e/ou neoliberais (BIELCHOWSKY, 2000). Esse acalorado debate ocorreu entre diversos grupos de intelectuais, técnicos e homens públicos e na imprensa.

Algo a ser salientado é que são raros os estudos que abordem essas mudanças considerando a forma como foram representadas, percebidas e mesmo vivenciadas pela sociedade brasileira do período. É neste momento o nosso trabalho ganha nova importância.

Tomando a favela como um dos principais pontos salientados negativos desse processo. Assim, buscar a sua representação na grande imprensa brasileira nos oferece um campo muito amplo de análise e interpretações como acima assinalado. Mas é necessário justificar a escolha do período. Ela não foi aleatória e sim por que foi durante a década de 1950 que houve um enorme incremento das favelas no Rio de Janeiro. Mas esse processo não ocorreu apenas na Capital Federal brasileira. Davis salienta que, nos anos 1950, ocorreu um aumento mundial dessas áreas de habitação. E são nos jornais onde encontramos um campo particularmente propício de análise sobre diferentes formas de conceber a favela simbolicamente.

Diante disso, é necessário fazer uma retomada das principais representações sociais sobre a favela, pois assim como afirma Valladares, “as representações da favela, dominantes, na segunda metade do século XX, são amplamente tributárias daquelas desenvolvidas durante as décadas iniciais do referido século, que podem ser consideradas organizadoras de um mito fundador da representação social da favela” (VALLADARES, 2005, p.22).

A primeira definição de favela, ou melhor, “slum”, palavra inglesa que significa “favela”, foi publicado em 1812, no *Vocabulário de linguagem vulgar*, do escritor James Hardy Vaux. Era sinônimo de racket, “estelionato” ou “comércio perigoso”. Porém, já entre as décadas de 1930-40, os pobres não praticavam mais os “slum” e sim moravam neles, passando a se referir a cômodos onde se faziam transações vis (DAVIS, p.32). Em meados do século XIX os “slums” eram considerados um fenômeno internacional (DAVIS, p.32). Observamos que em sua origem a palavra favela é associada a termos pejorativos.

No Brasil, o surgimento das primeiras favelas ocorreu no Rio de Janeiro e datam do final do século XIX. Valladares (2005), ao avaliar a construção histórica da favela enquanto categoria de análise sociológica, nos traz a luz a ideia de um mito fundador da favela. Esse mito está associado à imagem do povoado de Canudos, descrito por Euclides da Cunha em *Os Sertões* (1902), ocorrendo uma transposição da imagem que os escritos de Euclides suscitava em seus leitores, para a que era vislumbrada pelo primeiros visitantes das favelas do Rio. A própria formação da primeira favela se deve à chegada dos combatentes da Guerra de Canudos, ao Rio de Janeiro, em 1897. Estes vieram reclamar seus soldos, que ainda não haviam sido pagos pelo governo federal. Porém, sem possuírem alocações adequadas, esses soldados se acomodaram em casebres, ou tendas no Morro da Providência, que posteriormente viria a ser chamado de Morro da Favella. Segundo Almeida e Najjar (2012), seriam duas as explicações para essa nova denominação dada ao Morro da Providência,

A primeira é a existência neste morro da mesma vegetação que cobria o morro da Favella no Município de Monte Santo, na Bahia. A segunda relaciona o papel de resistência representado na Guerra de Canudos pelo morro da Favella de Monte Santo, que retardou o avanço final do exército da República sobre o Arraial (ALMEIDA & NAJAR, 2012, p. 124)

É perceptível que a expressão já nasce com sentidos contraditórios, pois de um lado pode significar moradias precárias que foram construídas sobre o Morro da Providência, e por outro lado a resistência à ação do Estado sobre parte da população pobre. Salienta Valladares,

O Morro da Favella, pouco a pouco passou a estender sua denominação a qualquer conjunto de barracos aglomerados sem traçados de ruas nem acesso aos serviços públicos, sobre terrenos

públicos ou privados invadidos. [...] Surge, assim, uma categoria nova para designar um habitat pobre, de ocupação irregular, sem respeito às normas e geralmente sobre as encostas (VALLADARES, 2006, p.26)

Neste momento, é importante salientar que a existência de zonas de moradia precárias é marcadamente anterior ao surgimento da categoria favela. Isso pode ser explicado pela relação existente entre o Estado e a essa área de habitações precárias. Observamos os diversos tratamento desferidos às zonas de baixo nível econômico dependendo dos regimes políticos de cada período. Valladares nos oferece uma cronologia de etapas sobre essa relação entre Estado/regimes políticos e as áreas chamadas de favelas. Assim existiriam momentos distintos:

1º) nos anos 1930 – início do processo de favelização do Rio de Janeiro e reconhecimento da existência da favela pelo Código de Obras de 1937; 2º anos 1940 – a primeira proposta de intervenção pública corresponde a construção de parques proletários durante o período de Vargas; 3º anos 1950 e início dos anos 1960 – expansão descontrolada das favelas sob a égide do populismo; 4º de meados dos anos 1960 até o final dos anos 1970 – eliminação das favelas e sua remoção durante o regime autoritário (VALLADARES, 2005. p.23)

Através da análise deste trecho, observamos que a favela demorou mais de 40 anos para ser reconhecida pelos órgãos oficiais. O tratamento dispensado às habitações dos pobres, no início do século XX, refletia uma perspectiva de descaso das autoridades frente ao assunto. Diante do processo de revolução metropolitana baseada no ideal de modernização, iniciou-se um período de remodelação do Rio de Janeiro, cidade que até então “fora um porto apinhado e insalubre, sujeito à frequentes quarentenas” (CONNIFF, 2006, p.42). Esse processo era baseado na preocupação da elite dirigente com a jovem República, na saúde da sociedade, e em transformar o Rio de Janeiro no cartão postal do Brasil, na tentativa de se afastar das heranças coloniais e atrair o olhar dos europeus e norte-americanos. Foi nesse período que os moradores do Rio de Janeiro passaram a ser chamados de “cariocas”, para se diferenciar do fluminenses que eram habitantes da província rural. Também passou a ter o cognome de Cidade Maravilhosa.

Entretanto, a chamada “Cidade Maravilhosa” apresentava apenas uma faixa de beleza, encobrindo as mazelas da maioria da população. A política de remodelação era baseada na remoção das habitações populares (cortiços, casebres) do centro da cidade, sem preocupação com a realocação de seus moradores. O que apenas trocou o problema de lugar, fazendo com que esses moradores subissem os morros, inflando as favelas

(CONNIFF, 2006). Durante a década de 1920, houve grande desvio de verbas públicas para o investimento em outra área da cidade: a Zona Sul, que passou a representar o ideal do estilo de vida metropolitano e cosmopolita.

Não é de estranhar que a perspectiva hegemônica sobre a favela a construía como “lugar de todas as ilegalidades, como bolsão de pobreza e de exclusão social”, mas por outro lado não entrava nas políticas públicas do período, ou seja, não havia reconhecimento oficial dessas zonas habitacionais. Embora houvesse a construção de algumas casas populares, esse número era muito insipiente para conseguir atender as necessidades da população pobre.

Durante da década de 1930, houve um incremento das zonas habitacionais denominadas favelas, isso ocorreu pela forte atração que a cidade exercia sobre a população. Houve uma grande migração do campo para a cidade, em função da expectativa de emprego criada pelo crescimento da indústria de construção. Neste momento, como salienta Valladares, houve “a descoberta da favela”, mas que logo se seguiu por designá-la como “problema” a ser resolvido. O forte descompasso entre a construção de moradias e o crescimento populacional ocasionou um aumento na densidade de pessoas por habitação, passando de 7,3 para 9,8. Ocorreu também a ampliação das construções irregulares nos arredores do centro, nas encostas dos morros e mesmo próximo aos bairros de classe alta, ou seja, ampliou-se a construção de habitações próximo dos lugares onde a população mais humilde trabalhava. Pois esses grupos de baixa renda, não possuía meios de custear o transporte, caso morassem longe do lugar de trabalho, logo, sendo o centro a área de comércio e os bairros de classe alta vistos como possíveis lugares para se encontrar emprego no setor de serviço era para essas regiões que se dirigiam essa população carente.

Na bibliografia analisada (ABREU, 1987; CONNIF, 2006; VALLADARES, 2005), encontramos elementos comuns quanto aos motivos que levam parte da população urbana a se instalar nas favelas. Alguns elementos já foram salientados, o primeiro foi a ação do Estado no momento da remodelação do Rio de Janeiro, pois expulsou os moradores dos cortiços, fazendo com que se dirigissem aos morros; um segundo fator esteve na proximidade do lugar de trabalho; o terceiro foi a escassez de moradias; um quarto motivo consistiu no custo elevado da terra ou alugueis nas áreas

com saneamento, transporte regular, segurança, pavimentação, energia, etc. Um quinto motivo desencadeou-se pela ação dos proprietários que fazem loteamento, ou seja a divisão da terra em blocos menores. O problema decorre do fato desses loteamentos não oferecerem infraestrutura adequada à construção de habitações, por muitas vezes ocorre a simples abertura de uma rua central e outras periféricas. Com isso os pequenos terrenos são vendidos ficando à custa do comprador realizar todas as melhorias necessárias, porém, o novo proprietário, predominantemente de origem humilde, não consegue arcar com os custos da melhoria. Valladares alega que a maioria das áreas designadas de favelas – diferentemente do que está no ideário geral – em sua origem provém de construções legais, pois eram terrenos comprados a baixo custo, mas que, pela falta de melhorias infraestruturais e saneamento, tornam-se ilegais perante o Estado.

Um último fator que propiciou o surgimento de áreas de habitação chamadas de favelas foi a atuação dos especuladores imobiliários, que adquirem terrenos, mas não os ocupa imediatamente, pois ficam esperando que apareça algum fator que eleve o valor do terreno para, então, iniciar uma construção ou vendê-los, ganhando um percentual em relação a compra. A atuação desses indivíduos desencadeava dois efeitos: por um lado, encarecia o valor geral dos terrenos e, por outro, deixava terrenos baldios que poderiam ser invadidos e, assim, iniciar a construção de aglomerado ilegal.

Valladares destaca que após a “descoberta da favela”, pelos órgãos públicos, no início dos anos 1930, surgiu em seguida a preocupação do Estado sobre quais as medidas que deveriam ser tomadas. Neste momento, os discursos preponderantes sobre essas áreas de moradia eram baseadas nos relatos dos engenheiros e médicos higienistas e sanitaristas. Valladares salienta que estas a descreviam como lugar de habitação anti-higiênica, neste contexto as áreas chamadas de favela passaram a ser representada como uma “doença” e, dentro dessa lógica, acabar com a essas áreas seria algo natural. E foi por essa representação que as políticas públicas passaram a ser guiadas efetivamente, como podemos notar pelo projeto de remodelação do Rio ainda estava em voga, nos anos 1930, com o Plano Agache⁵. Entretanto, argumenta Conniff, após as Revolução de

⁵ O urbanista Alfred Agache, foi contratado pelo prefeito Antônio Prado Junior, para criar o primeiro planejamento geral para o Rio. De 1927 a 1934, Agache coordenou equipes de funcionários públicos na obra, que ia desde redes de esgoto até códigos arquitetônicos (CONNIFF, 2006, p.54).

1930, o Plano foi esquecido e, em 1937, é lançado o Código de Construção, com o objetivo central de coibir o surgimento de novas construções irregulares.

Nesse sentido, a Revolução de 1930 foi um marco divisório na política em relação às áreas pobres da cidade. Um primeiro ponto já evidenciado foi o “reconhecimento da favela” e, com isso, a sua transformação em “problema” que, segundo Valladares (2005) e Conniff (2006) precisava ser administrado. Mas, por outro lado, passou-se a representar de outra forma as classes populares, através da sua agora “transformação” em eleitores. As zonas de habitação precárias chamadas de favelas passaram a ser representadas, também, como “uma perfeita síntese da classe trabalhadora brasileira, com samba, mistura racial de todo o tipo e uma amostragem do folclore das regiões interioranas” (CONNIFF, 2006, p.147), ou seja, simbolizavam “o povo” e o seu reconhecimento como “sujeito político” servia como legitimador da administração de quem assim o fazia diante dos demais setores sociais.

A partir desse momento, ao poder público cada vez amplia-se a responsabilidade por auxiliar os “mais pobres”. Essa nova perspectiva se deve a política de tipo populista assinalada no Rio pelo prefeito Pedro Ernesto e levada a nível nacional por Getúlio Vargas (CONNIFF, 2006; VALLADARES, 2005). Essa política de tutela dessas áreas denominadas favelas e dos favelados (seus moradores) surge como uma forma de ampliar a população votante, um processo gradual, que só colheu seus frutos no Segundo Governo Vargas. Nesse período, tivemos uma forte ampliação da cidadania política para os habitantes da “favela”, na medida em que, após a Lei Agamenon (1945) e a Constituição de 1946, tivemos um forte incremento do alistamento eleitoral, estendendo, de forma crescente, o direito de votar aos “favelados” alfabetizados (CONNIFF, 2006).

Com a queda de Vargas, em 1945, é retomado o antigo projeto político de erradicação dos lugares chamados de favelas. Em 1947, é feito o primeiro recenseamento das favelas do Rio, mas com um objetivo nada humanitário, pois o lema do Estado passou a ser conhecer para melhor controlar a população pobre. Esses documentos oficiais com dados de composição étnica foram utilizados para corroborar os preconceitos raciais e sociais dos discursos oficiais (VALLADARES, 2005).

No final da década de 1940 e início da década de 1950, percebe-se um grande debate político em torno do destino das zonas pobres. De um lado, a Igreja Católica, que em 1947 criou a Fundação Leão XIII; e do lado oposto o movimento “anti-favela”, encabeçado pelo jornalista Carlos Lacerda (VALLADARES, 2005, p 73). Já no Segundo Governo Vargas, encontramos uma profusão de discursos sobre as áreas de habitação nomeadas de favela. É um período que a população humilde ganha nova assistência e o Estado passou a desenvolver políticas públicas mais concretas, no sentido de auxílio e não de extirpação (CONNIFF, 2006). As habitações precárias não deixaram de ser vistas como um problema, mas passaram a ser inseridas mais efetivamente na agenda do Estado. Além do fato de os moradores das “favelas” passarem a configurar uma parte da população votante, a intervenção nessas áreas tanto de órgãos governamentais quanto de elementos não governamentais se deu em função do medo do comunismo, ou seja, como uma forma de se procurar frear a entrada do comunismo no Brasil, pois as zonas pobres, em função de suas precariedades, eram uma porta aberta para a proliferação de ideologias de “esquerda”. Em reação a esse “temor”, a própria Igreja Católica, através da Fundação Leão XIII, reforça a sua atuação nesses locais de moradia precária. Essa fundação também é responsável pela formação de um discurso sobre essas áreas habitacionais (VALLADARES, 2005).

As políticas desenvolvimentistas adotadas por Vargas promoveram, ainda, uma retomada do crescimento econômico, o que acelerou o crescimento urbano e o afluxo de migrantes, fazendo emergir o problema das habitações da classe trabalhadora, especialmente pela intensificação o aumento das “favelas”. Na década de 1950, no contexto da Guerra Fria, há um aumento na cooperação internacional e no caso do Brasil, foram enviados especialistas estrangeiros para estudar a situação de pobreza e assim propor soluções. Sendo os relatórios produzidos outra fonte de formação de representações sobre a o que chamam de favela.

Conclusão: algumas percepções

Nossa proposta de trabalho ainda está em elaboração, mas nas sondagens prévias que fizemos ao material de pesquisa dos jornais citados, podemos fazer algumas sucintas conclusões. percebemos:

Quando observamos a forma como os jornais pesquisados caracterizam a favela como um “problema”, encontramos muita convergência em uma visão francamente negativa. Mas existem importantes diferenças, por exemplo, jornal *Última Hora*, se preocupa em enfatizar que não as favelas cariocas não são habitadas somente por “marginais” e “desocupados”, mas também por trabalhadores. Já o *Correio da Manhã* nos traz uma visão bem conservadora da população favelada, associando a suas péssimas condições de vida a origem étnica de seus habitantes. Nos jornais paulistas, porém, quando os moradores das favelas são caracterizados negativamente, a referência empregada é o Rio e não São Paulo. Entretanto, de forma semelhante a *Última Hora*, o *Estadão* também procura enfatizar a favela como um espaço não só de pura negatividade e periculosidade, mas igualmente como um lugar da precariedade da vida de parte da população trabalhadora.

De outra parte, quando esses jornais procuram explicar a origem do “problema”, há uma convergência quanto ao êxodo rural como fator de incremento populacional urbano e, com isso, o aumento das favelas. É interessante, nesse ponto, a análise do *Jornal do Brasil*, pois este periódico associa o mal que representa a favela ao processo de industrialização e aos benefícios trabalhistas oferecidos ao operário industrial. O *Correio da Manhã* também vincula a industrialização ao êxodo rural, mas aponta que o problema não está aí, mas na incapacidade de absorção da mão de obra migrada do campo pelas indústrias. Com uma abordagem bem distinta encontramos a *Última Hora*, onde o termo êxodo rural não aparece relacionado à formação do fenômeno. Para este periódico, o crescimento dessas habitações se devia à falta de organização interna do governo municipal, que não previu adequadamente a expansão da população da Capital.

Por fim, quando os jornais apontam a solução para o “problema”, todos concordam que a “favela” e seu crescimento são problemas graves, que exigem medidas imediatas. O *JB*, porém, coloca-se francamente contra o “saneamento das favelas” como solução viável. O *Correio da Manhã* também é contra, pois alega que dinamizaria mais o processo de incremento das “favelas”. A *Última Hora*, por sua vez, defende medidas como: a remoção e realocação, construção de moradias populares. Os jornais paulistas nos oferecem um gama maior de possíveis elementos de solução. A *Folha da Manhã* propõe que os industriais deveriam proporcionar aos seus trabalhadores moradias

higiênicas a preços acessíveis. O *Estadão* pede um maior empenho dos órgãos públicos na resolução do problema.

Diante da forma como os jornais se posicionaram quanto aos pontos acima citados, podemos levantar a hipótese de que muitas diferenças de ênfases e percepções derivam da adesão a linhas doutrinárias distintas frente à urbanização/industrialização. Por exemplo, a posição do *JB*, com forte negatização da favela, exigindo sua eliminação, pode estar associada a sua postura de defensor da especialização agrária do Brasil (MARTINS, 2010). Os demais jornais, ao contrário, indicam querer sanar o problema da favela como forma de manter o trabalhador industrial na cidade e, assim, parecem ser mais adeptos ao processo de industrialização em curso, embora desejando que ele se estruture de forma mais sólida.

Como último ponto, apesar das suas divergências quanto à solução e mesmo função da favela na economia brasileira, nossos jornais parecem convergir em uma forte visão tradicional de sociedade, frente a esta população predominantemente negra e pobre. Fato ganha enorme relevância, pois é a partir desse tipo de percepção sobre o social que se elabora políticas públicas e se projeta a sociedade.

Referências:

- ABREU, Maurício de. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1987.
- ALMEIDA, A. G. ; NAJAR, A. L. *Cidade Maravilhosa e Cidade Partida. Notas sobre a manipulação de uma cidade deteriorada*. Revista Rua. Campinas: UNICAMP, v. 1, nº 18, junho, 2012, p.119-132.
- BIELCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 4. Ed. Rio de Janeiro : Contraponto. 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo : Brasiliense,1990.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa : Perspectiva,1989.
- BRITO, Fausto A de. e PINHO, Breno A. T. D de. *A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010*. In.:CEDEPLAR/UFMG – TD 464, 2012.
- CANO, Wilson. *Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento*. Revista e Economia Política, vol. 9, nº, 1, janeiro-março/1989.

CHARTIER, Roger. *Por uma sociologia histórica das práticas culturais*. In: _____. *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *O mundo como representação*. In: _____. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CONNIF, Michael L. *Política Urbana do Brasil: A ascensão do populismo (1925 - 1945)*. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 2006.

CORRÊA, Roberto L. *O espaço urbano*. São Paulo : Editora Ática, 1989.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo : Editora Boitempo, 2006.

KATZMAN, Marin. *Urbanização do Brasil a partir de 1945*. In.: BACHA, Edmar Lisboa & KLEIN, Herbert S. *A Transição incompleta: Brasil desde 1945 Vol. I: População, Emprego, Agricultura e Urbanização*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.

MARTINS, Luis C. P. *A grande imprensa liberal da Capital Federal (RJ) e a política econômica e social do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional*. Tese de doutorado. Ano de obtenção: 2010.

MERRICK, Thomas. *A População Brasileira a Partir de 1945*. In.: BACHA, Edmar Lisboa & KLEIN, Herbert S. *A Transição Incompleta : Brasil desde 1945. Vol. I: População, Emprego, Agricultura e Urbanização*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.

MORAES, José Geraldo Vinci de. *Ambiguidades da Modernização Urbano-industrial no Brasil Republicano (fins do século XIX – início do século XX)*. In.: REGO, José Márcio e MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Saraiva, 2011.

OLIVEN, Ruben. *Urbanização e Mudança Social no Brasil*. Rio de Janeiro : Vozes Ltda, 1988.

ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu – Sociologia* – São Paulo : Ática, 1983.

PATARRA, Neide. *Dinâmica Populacional e Urbanização no Brasil : o Período pós-30*. In.: Boris Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: O Brasil Republicano, 4º vol.: Economia e Cultura, 1930-1964, Capítulo V, 2ª ed., São Paulo, Diefel, 1986*.

SANTOS, Milton. *A Urbanização brasileira*. São Paulo : EdUSP, 1996.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo : Brasiliense, 1985.

VALLADARES, L. *A gênese da favela carioca*. In.: *Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 15. Nº44,2000*

_____. *A Invenção da Favela: do mito da origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.